

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS SITUAÇÕES E TENDÊNCIAS NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Neusa Chaves Batista - UFRGS

neuchaves@gmail.com

RESUMO

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: análise e monitoramento da política em redes públicas do Rio Grande do Sul". Esta política desencadeada pelo Ministério da Educação (MEC), e em processo de implementação em todo o país com as bases gerais dadas pelo Decreto 6.094/07, está pautada em 28 diretrizes as quais visam a melhoria da educação básica no Brasil. Para realizar o monitoramento da evolução da qualidade do ensino o MEC criou um indicador objetivo chamado de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

TEXTO AMPLIADO

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: análise e monitoramento da política em redes públicas do Rio Grande do Sul". Trata-se de Projeto ligado ao Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação/UFRGS e coordenado pela professora Nalú Farenzena. Esta política desencadeada pelo Ministério da Educação (MEC), e em processo de implementação em todo o país com as bases gerais dadas pelo Decreto 6.094/07, está pautada em 28 diretrizes as quais visam a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Para realizar o monitoramento da evolução da qualidade do ensino o MEC criou um indicador objetivo chamado de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A implementação da política nos estados e municípios brasileiros se deu por meio de adesão voluntária. Atendeu, inicialmente, os estados e municípios que possuíam o IDEB mais baixo e cujo prefeito(a) e/ou governador(a) assinou o termo de adesão confirmando o Compromisso. Estes estados e municípios receberam, até o final de 2008, assistência técnica do MEC para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). No Rio Grande do Sul a adesão do estado e dos municípios à política nacional se deu por meio da indicação, pelo MEC, de 142 municípios que apresentavam o IDEB abaixo de 3,8. Os municípios selecionados foram divididos em duas categorias: os prioritários e os preferenciais. Os prioritários, em número de 24, estavam elencados na Resolução do FNDE nº 29/07 e deveriam ser atendidos com a máxima urgência.

Este trabalho analisa as situações e tendências dos indicadores de gestão democrática da educação inseridos no PAR, na dimensão 1 (Gestão Educacional), área 1, intitulada "Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino", nos municípios prioritários do Rio Grande do Sul.

O estudo aponta que a maioria das redes de ensino dos municípios prioritários, não possui conselhos escolares, não descentraliza recursos e não elege diretores (as) de escola.